



TRABALHO, SAÚDE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO: O ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

ADELIA RODRIGUES DE SOUZA¹

DIUSLENE RODRIGUES DA SILVA²

RESUMO: Este artigo científico analisa, sob perspectiva crítica, as determinações do modo de produção capitalista sobre o trabalho e sua repercussão no adoecimento da classe trabalhadora, enfocando categorias como exploração, alienação e precarização. Discute como a intensificação da expropriação e a desestruturação dos direitos sociais vêm agravando o desgaste físico e mental dos/as trabalhadores/as, ampliando o desemprego e a insegurança. Examina, ainda, o papel estratégico do serviço social, enquanto expressão da própria classe, na mediação, defesa e ampliação de direitos sociais, e na atuação comprometida com a saúde do trabalhador e superação das desigualdades estruturais.

Palavras-Chave: Saúde do trabalhador, exploração do trabalho, capitalismo e alienação, mais valia e precarização, serviço social e direitos.

ABSTRACT: This scientific article critically analyzes the determinations of the capitalist mode of production on labor and its repercussions on the illness of the working class, focusing on categories such as exploitation, alienation, and precarity. It discusses how the intensification of expropriation and the dismantling of social rights have been worsening the physical and mental exhaustion of workers, increasing unemployment and insecurity. Furthermore, it examines the strategic role of social work, as an expression of the working class itself, in mediating, defending, and expanding social rights, as well as in actions committed to workers' health and overcoming structural inequalities.

Keywords: Labor exploitation, worker's health, capitalism and alienation, surplus value and precarization, social work and labor rights.

INTRODUÇÃO

Ao discutir a saúde do trabalhador e o papel do assistente social no combate ao adoecimento da classe trabalhadora, se fazem necessário a análise de categorias centrais, sendo essas: o trabalho;

¹ Assistente social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail: adeliarodriguesdesouza@gmail.com, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6843113353081028>.

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2017); Mestre em Letras - Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006); graduada em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1992); Professora na graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: diuslene.silva@unioeste.br. Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6862095446152400>.



o modo de produção capitalista; a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista; a relação entre direitos sociais e adoecimento; o adoecimento decorrente da exploração trabalhista; o papel do assistente social na garantia de direitos.

A partir destes tópicos, podemos marcar um fio condutor, que delimita o objetivo da discussão neste texto, que objetiva destacar como o modo de produção capitalista, a alienação e a derrocada de direitos vêm acarretando uma pandemia de adoecimento da classe trabalhadora, que se vê cada vez mais expropriada de sua individualidade, forçada a jornadas exaustivas e com ritmo de trabalho sobre-humano, alienada e insegura. Mas também se faz o destaque para o papel da classe trabalhadora como única a ser capaz de combater o mal que aflige, através da luta para retomar direitos expropriados e conquistar aqueles que ainda não foram alcançados.

O TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O trabalho, enquanto forma de subsistência possui papel central na sociabilidade de todos que compõem a sociedade, de forma que quando analisamos o trabalho como uma das categorias fundantes da sociedade, devemos destacar também o papel do trabalho como fundante da própria sociabilidade que rege as interações humanas. Para isso, podemos definir trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma de matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural o seu objetivo (Marx *apud* França Júnior, 2016, p. 390).

Sendo assim, o trabalho se define como a alteração da natureza, mas não de forma leviana, mas embasa com a intencionalidade de um produto, uma potência, uma teleologia. Este conceito de teleologia é definido por Lukács (*apud* França Júnior, 2016, p.391) como: “uma categoria posta [e] guiada através da consciência ao estabelecer um fim”, ou seja, é a partir da intencionalidade de fim que se expressa a racionalidade humana. França Júnior (2016) destaca que o trabalho é responsável por satisfazer as necessidades coletivas da sociedade. Deste modo, o trabalho não pode ser reduzido apenas a sua função de modificar a natureza, pois também possui um caráter coletivo agregado.



Afinal, é a partir do trabalho que se pode desenvolver potencialidades, sanar necessidades e alcançar a dimensão de humanos-genéricos, como definido por Marx:

O homem é um ente-espécie não apenas no sentido de que ele faz da comunidade (sua própria assim como a de outras coisas) seu objeto, tanto prática, quanto teoricamente, mas também (e isto é simplesmente outra expressão da mesma coisa) no sentido de tratar-se a si mesmo como espécie vivente, atual, como um ser universal e consequentemente livre (Marx, 2016, p. 106).

Entretanto, com a introdução do modo de produção capitalista moderno, a exploração do trabalho expandiu, sofisticou e se complexificou de uma forma particular na relação homem-natureza. É necessário destacar, entretanto, que “não foi o capitalismo que inventou o trabalho excedente” (MARX, 2016, p. 273), antes dele toda sociabilidade que possuía monopólio já fazia a exigência do dispêndio da força do trabalhador para além de gerar a sua subsistência (Marx, 2016). Mas quando se trata do modo de produção capitalista, temos um sistema onde:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida [...]. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital (Marx, 2016, p. 177).

O próprio trabalho passa a ser visto como uma mercadoria que viabiliza a possibilidade de lucro. Dessa forma, no modo de produção capitalista, o trabalho ganha uma nova dimensão: gerar necessidades. Afinal, “no capitalismo, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada torna-se social a partir das necessidades coletivas” (França Júnior, 2016, p. 392).

Deste modo, no capitalismo moderno temos um modo de produção baseado na circulação de mercadorias, em particular e de forma especial o próprio trabalho é uma mercadoria detentora de valor que é explorada pelos detentores dos meios privados fundamentais de produção, transformando a extração da força de trabalho em trabalho que se configura em necessário e excedente. Diferente de outros momentos na história das classes sociais, o capitalismo moderno extraia o trabalho excedente e transforma-o em mais-valia absoluta e relativa, em seguida em mais-valia social e finalmente em lucro.

Conforme nos ensina Marx (2016, p. 270), “a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável” deste modo, para a obtenção de mais-valia, o capitalista passa a explorar



cada vez mais a força de trabalho da classe trabalhadora, destacando que para ampliar a mais-valia absoluta “[...] a avidez da mais-valia do capitalista se manifesta no empenho de prolongar desmesuradamente o dia de trabalho” (Marx, 2016, p. 275), ao mesmo tempo que, a partir da exploração via maquinaria, desenvolve e aprimora a exploração por meio da extração da mais-valia em sua forma relativa. De modo que a exploração seja limitada apenas pelo fator moral – de satisfação das necessidades do espírito – e por fatores físicos – de esgotamento biológico (Marx, 2016).

A obtenção de mais-valia passa a se sofisticar conforme avança e amadurece o capitalismo, todavia esse avanço não representa uma superação da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, mas ao contrário, uma maior precarização das condições de vida e trabalho aos quais os trabalhadores são submetidos. Entre os avanços impulsionados pelo capital temos a introdução da maquinaria no modo de produção, ou seja, o avanço do trabalho morto (trabalho vivo acumulado) sobre o trabalho vivo. Essa mudança gera uma transformação essencial e profunda no modo de produção, de modo que quando o homem passa a ter a sua força de trabalho substituída pela máquina, revoluciona-se a forma de produzir capitalista: nasce a Revolução Industrial.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A TECNOLOGIA A TRABALHO DO CAPITAL

Essa primeira grande revolução ocorre a partir da última quadra do século XVIII, momento que a máquina-ferramenta movida a vapor é inventada e começa a ser utilizada em larga escala. A primeira revolução industrial estendeu-se até o final do século XIX. Com o avanço da maquinaria o capitalismo moderno passou a ver a sua capacidade de obtenção de mais-valia se expandir, afinal:

O número de ferramentas que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos. [...] [enquanto] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (Marx, 2016, p.430).

Este momento em que o trabalho vivo perde espaço para o trabalho morto seria a oportunidade para que se desenvolvesse uma nova sociabilidade, afinal, havendo a possibilidade de substituir parte da força humana por máquina, seria possível substituir parte do tempo despendido



como trabalho excedente e transformá-lo em tempo para desenvolver as necessidades do espírito.

Contudo:

Não é esse o objetivo do capital, quando emprega a maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro tipo de desenvolvimento de força produtiva de trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é o meio para produzir mais-valia (Marx, 2016, p.427).

A produção da mais-valia relativa ocorre devido ao modo que a máquina tem a sua produtividade calculada, já que a máquina é mais lucrativa considerando que “uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, a aplicação da maquinaria, para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da maquinaria e o valor da força de trabalho que ela substitui” (Marx, 2016, p. 449). Deste modo a comparação entre a força de trabalho humana e a máquina se estabelece a partir da quantidade de trabalho humano que é reduzida para se produzir determinada mercadoria. Sendo então um cálculo não do quanto a máquina produz, mas quanta força humana deixa de ser necessária. Não é a máquina que é submetida ao proletariado, mas o proletariado a máquina.

A disputa entre a força de trabalho humana e a produção das máquinas é desigual, o que leva a ampliar exponencialmente o exército industrial de reserva, ou seja, parte da classe trabalhadora passa a compor um grupo de desempregados que disputam entre si um espaço no mercado de trabalho. Esse processo gera o que é a própria negação da unidade de classe, ou seja, a concorrência entre os próprios trabalhadores. Esse processo fragiliza a organização da classe trabalhadora para enfrentar os comandos do capital, como consequência ocorre a redução dos salários, a decadência de condições humanizadas nos espaços de trabalho e a fragilização no ato de contratação da força de trabalho. A partir desse cenário:

[...] quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor de uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel moeda retirado de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária a auto expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (Marx, 2016, p. 491).



Enfatizamos que o exército industrial de reserva é uma condição inerente ao capitalismo, como destaca Netto e Braz “assim, o exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável para o prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista” (2006, p. 135). Assim sendo, esta categoria é peça chave para a manutenção da força capitalista, sendo resultado desta disputa entre os que detêm a força de trabalho e os detentores do meio de produção.

Desde o início do capital existe a luta entre o proletário e o capitalista, contudo é apenas com a maquinaria que “passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção” (Marx, 2016, p. 488). Assim, a classe proletária passa a se organizar para lutar contra esse novo vilão que se coloca em sua realidade, a maquinaria, “o instrumental de trabalho liquida, então, o trabalhador” (Marx, 2016, p. 492). Porém é necessário que os trabalhadores compreendessem que a luta contra o meio de trabalho seria infrutífera, já que a mudança só realmente aconteceria quando passassem a lutar contra a origem de sua exploração (Marx, 2016).

O ACIRRAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO TRABALHO E NA SAÚDE DO TRABALHADOR

A expansão do capital trouxe grandes transformações sociais, políticas, econômicas, e geográficas, como coloca Marx “não é menos certo que o florescimento da indústria de lã mecanizada na Inglaterra, juntamente com a progressiva transformação das áreas rurais em pastagens de ovelhas, levou ao êxodo forçado dos trabalhadores agrícolas que se tornaram supérfluos” (2016, p.506). É possível ver então que o aumento da necessidade de matérias primas, somado tanto ao fato das fábricas não necessitarem mais serem fixas em locais onde se pudesse obter uma força motriz da natureza, quanto ao fato de grande parte dos trabalhadores que até então se dedicavam ao trabalho agrícola terem se tornado supérfluos em suas áreas de origem e necessitam buscar novas áreas de trabalho, criando um grande êxodo rural para as cidades que vinham se desenvolvendo ao entorno das grandes fábricas.



Ademais, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto traz uma consequência que desde o início foi negada pelo capital, a expansão do exército industrial de reserva: “[...] toda uma série de economistas burgueses afirmam que toda a maquinaria, ao desempregar trabalhadores, sempre libera, simultaneamente e necessariamente, capital adequado para empregar esses trabalhadores desempregados” (Marx, 2016, p. 499). É importante destacar que a máquina por si só não é um retrocesso, pelo contrário é um avanço, já que usada corretamente permite facilitar a ação do homem sobre a natureza encurtando assim o tempo de trabalho necessário e possibilitando uma maior disponibilidade de tempo livre à disposição para as atividades do indivíduo, “mas com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores” (Marx, 2016, p. 503).

Netto e Braz destacam que é necessário observar e compreender que a aplicação da maquinaria deve ser pautada no seu tempo e espaço e, não atribuir a criação do exército industrial de reserva ao processo de desenvolvimento e aprimoramento da maquinaria.

A explicação que estamos oferecendo para o permanente desemprego sob o capitalismo não significa que ele seja o produto do desenvolvimento tecnológico. O leitor poderia ser levado a essa falsa conclusão, uma vez que já sabe elevação da composição orgânica do capital sinaliza o crescimento da produtividade do trabalho mediante a incorporação de novas tecnologias que potencializam e desenvolvem as forças produtivas; daí que o leitor passa a ser induzido que o progresso tecnológico e o desenvolvimento das forças capitalistas têm como preço o desemprego maciço. Isso não é verdade e o problema é muito mais complexo, porque exige considerar o nível em que se opera, numa situação determinada, a acumulação. Como assinalara Salama e Valier (1975: 86-89), a demanda de força de trabalho pelos capitalistas aumenta ou diminui conforme o nível de acumulação; o que se pode afirmar é que, sendo a taxa de acumulação inferior a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a demanda de força de trabalho cairá. Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalista (Netto; Braz, 2006, p. 134).

A ideia de que o trabalhador fosse desapropriado de seu emprego devido a maquinarização de sua função, seria prontamente absorvido por outro ramo devido a expansão do capital gerado pela máquina, se mostrou prontamente um eufemismo. Em primeiro lugar por que “o acréscimo desses trabalhadores fabris corresponde, portanto, a um decréscimo no número global de trabalhadores ocupados” (Marx, 2019, p. 511). E segundo, por que o trabalhador que passa a compor o exército industrial de reserva acaba por ter um destino incerto, podendo estar retornando como um trabalhador



assalariado, mas de modo geral em uma área diferente da que atuava, com uma remuneração menor e piores condições de trabalho (Marx, 2016), ou ainda, pode acabar por ser estagnado como exército industrial de reserva, de modo a se tornar um produto descartável do capital.

A relação capital-trabalho traz em sua raiz conteúdos de contradição, gerando a criação de duas classes determinadas na história. Nesse cenário, o aumento permanente da produção de mercadorias por meio direto do trabalho vivo ou das máquinas criou uma condição de ampliação da riqueza para a classe burguesa e de miséria para a classe trabalhadora. E, em condições desiguais, a classe trabalhadora de um lado resiste, porém, na maioria das vezes é obrigada a aceitar as condições negadoras da existência humana em seu cotidiano e de seus familiares. O mundo da precarização é intrínseco ao modo de produção capitalista, porém, conforme avança o domínio do capital em relação ao trabalho, as condições de precarização aumentam e aprofunda seus conteúdos.

Podemos ver então que através dos anos a expansão do trabalho morto sobre o vivo vem se aprimorando e trazendo novas expressões da “Questão Social”. A sofisticação deste tipo de trabalho vem levando a uma mecanização em massa das indústrias na contemporaneidade, gerando mazelas que afetam o proletariado. Isso se dá porque o movimento de complexificação do capital acaba por afetar o trabalhador coletivo, de modo a gerar novos campos de exploração da força de trabalho:

Envolve trabalhadores manuais, mas também, e numa escala progressivamente maior, trabalhadores intelectuais (engenheiros, pesquisadores, projetistas etc.). Quanto mais se desenvolve a produção especificamente capitalista, mais se expandem as fronteiras do trabalhador coletivo, que deixa de se situar apenas nos limites físicos da grande indústria e se insere em espaços sócio-ocupacionais muito diferentes (Netto; Braz, 2006, p.114).

Com o avanço da técnica aplicada à tecnologia, há também um avanço na exploração da classe trabalhadora, que passa agora a ser sofisticada e se metamorfoseia para adequar-se à realidade do modo de produção capitalista contemporânea, como destaca Lara (2016, p. 18):

A produção capitalista nos últimos 50 anos intensificou mudanças no espaço produtivo. O processo de reestruturação produtiva trouxe mudanças como a robótica e a automação microeletrônica aplicadas à produção; as novas modalidades de gestão de produção tais como Círculos de Controle de qualidade e Programas de Qualidade Total [...] que implicaram (e ainda implicam) em demissões em massa. Além disso, são importantes componentes do complexo de reestruturação produtiva dos vários tipos de descentralização, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e a abertura em outro, ou, ainda, a instauração de legislações trabalhistas de caráter flexível,



que criam regulamentação institucional do trabalho assalariado, adaptando as necessidades imperiosas do Capital em fase de mundialização.

Dessa forma, a insegurança passa a exercer forte papel na rotina diária do trabalhador, sendo usada como uma das principais armas do capital como forma de expropriação de direitos. Para além disso, vemos elementos neoliberais como a flexibilização dos direitos trabalhistas, que cada vez mais visa o aumento do lucro em detrimento da saúde do trabalhador. Dessa forma, “as relações sociais de trabalho tornam-se frágeis instáveis por toda parte. [...] Ao mesmo tempo, a ética e o respeito à dignidade humana foram ocupando posição cada vez menor no cotidiano social a precarização se instalou não apenas nas situações de trabalho, mas também no mundo contemporâneo” (Seligmann-Silva, 2011, p. 459).

Alinhado ao desmonte do trabalho, existe ainda o desmonte das políticas relacionadas à saúde de modo geral, que vem através dos anos

passando por um verdadeiro desmonte [...] mas dois grandes limites que a política de saúde no Brasil enfrenta hoje e que não podemos deixar de mencionar são: o aumento da demanda em decorrência do processo de reestruturação do capital e degradação das procriação da saúde da vida; e a própria estrutura da política de saúde, sobretudo, no que se refere ao patrimônio público Universal, que vem sendo fortemente atacado pelos ideais neoliberais ditados pelo Banco Mundial e pelos empresários do setor, os quais se junto ao governo sem compromisso social para transformar um bem público em apenas uma mercadoria obtida via mercado” (Lara, 2016, p. 39).

Assim, é necessário estabelecer a relação entre trabalho no modo de produção capitalista e saúde. A relação saúde emprego já possui um arcabouço teórico, principalmente no que se refere à dimensão psicológica desta relação. Destaca-se aqui a definição de alienação através de seu viés psicossocial “Entende-se, na perspectiva psicossocial, alienação como distanciamento afetivo em que o indivíduo se afasta tanto do seu próprio mundo interior - que passa a ser a lei o estranho - como dos significados do mundo social - o que já havia sido analisado por Marx” (Seligmann-Silva, 2011, p. 211). A autora, ainda destaca como, essa alienação, caminhando junto da opressão sofrida pelo trabalhador gera uma *identidade coletiva* que resulta em um conformismo e rechaço às expressões de individualidade, podendo culminar em um totalitarismo societário (Seligmann-Silva, 2011).

Apesar da geração de uma identidade coletiva, criada pelo capital, a partir da alienação. É necessária a análise da onda individualista que vem se intensificando na sociedade, onde o trabalhador



é incentivado através de mecânicas sofisticadas de gerenciamento laboral dos líderes capitalistas, como a precarização sindical, um discurso ideológico de concorrência entre a própria classe trabalhadora, o aumento do exército industrial de reserva e a exaustão laborativa. Que visam impedir a classe trabalhadora atingir o patamar de classe para si.

A percepção do próprio cansaço e do isolamento, juntamente com a inexistência de reconhecimento, leva cada assalariado a vivências profundas de insegurança. Dessa forma, esses modos de gestão tornam-se desgastantes e fomentam o crescimento da incerteza e do medo quanto ao futuro (Seligmann-Silva, 2011, p. 468).

A discussão da saúde do trabalhador também é pertinente no campo do trabalho não manual, onde o trabalho mental/intelectual vem gerando desgastes psíquicos e estafa mental, já que, durante a reestruturação produtiva, esta categoria de trabalho não teve suas particularidades assistida, aumentando consideravelmente o número de doenças laborais relativas à saúde física e mental do trabalhador não braçal (Seligmann-Silva, 2011).

Cresce em ritmo a abstenção do Estado e o discurso ideológico de *capital social/responsabilidade social*. Soma-se ao acelerado ritmo de trabalho, a exaustão física e mental, a constante pressão sofrida pelo trabalhador, o desemprego e a taxa alarmante de subemprego e é possível reconhecer o elevado número de subnotificação de acidentes de trabalho que vemos na contemporaneidade, afinal “o desgaste mental gerado nas situações de trabalho pode ter papel importante na gênese de acidentes de trabalho. Pois o desgaste atinge os dois âmbitos que se entrelaçam na vida mental - o cognitivo e o psicoafetivo” (Seligmann-Silva, 2011, p. 304).

Como destacado no texto, o modo de produção capitalista se vale de diversas armas para enfraquecer a classe trabalhadora e tem como uma de suas principais estratégias o desmonte de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. É neste cenário conflituoso que se instala a categoria profissionais do serviço social, que enquanto classe trabalhadora se submete aos mesmos desafios dos seus demais irmãos trabalhadores, mas que tem fundamentação em sua profissão para lutar pelos direitos sociais ao lado de sua classe.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA PELA SAÚDE DO TRABALHADOR



Seligmann-Silva (2011) destaca o papel multidisciplinar do estudo da saúde do trabalhador, destacando que categorias diferentes possuem diferentes abordagens que se complementam sobre o tema, destacando a importância das profissões ligadas diretamente ao estudo da saúde, mas também disciplinas ligadas ao estudo de ciências sociais e ciências sociais aplicadas para desenvolver uma compreensão e arcabouço teórico fundamentado o suficiente para combater o avanço do desgaste mental do trabalhador neste modo de produção capitalista.

O serviço social brasileiro surge no seio da objetivação capitalista, mas através do amadurecimento dos debates da categoria e o desenvolvimento da consciência de classe, passa por um movimento de reconceitualização que o coloca a serviço da classe trabalhadora, lutando para manter e conquistar direitos sociais, visando a emancipação humana em uma nova sociabilidade. Todos esses preceitos fazem com que esta categoria profissional tenha um papel importante na luta pela saúde da classe trabalhadora, afinal é parte desta e de seus males.

Conclui-se então que o trabalho teve seu objetivo alterado ao longo da história, mais bruscamente no capitalismo, de modo que lhe foi extraído o fator teleológico e implementado um distanciamento que gera um estranhamento por parte do trabalhador. Soma-se a isso os altos índices de desemprego e a exaustão causada pelas exigências cada vez mais atenuantes dos donos do meio de produção.

Para além disso, a desresponsabilização do Estado, uma retomada neoliberal, a competitividade promovida pelos capitalistas gera o enfraquecimento da consciência de classe, o individualismo e o esgotamento físico e mental dos trabalhadores, resultando assim nesta crise cada vez maior de doenças mentais relacionadas e ocasionadas pelo trabalho.

Cabe ao serviço social lutar junto a sua classe, apoiando-a e dando subsídios necessários para avançar na retomada de direitos sociais e conquistas de novos direitos. Cabe também ao serviço social, muitas vezes, enquanto representante do Estado, fortalecer os trabalhadores viabilizando o seu acesso aos direitos que possuem e realizando um trabalho de dimensão pedagógica com a classe trabalhadora em relação ao seu poder e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar como o modo de produção capitalista influencia nas relações de produção e reprodução social da sociedade, é inegável o impacto deste modo de produção na vida da classe trabalhadora. Através da sua exploração, alienação e desgaste físico e mental, o capital busca ampliar a sua margem de lucro, nem que isso venha a custar a saúde física e mental da classe trabalhadora. Tal fenômeno só é possível pois a existência de um exército industrial de reserva garante um desemprego estrutural, que garante uma rotatividade permanente que facilita o lucro do capitalista, mas gera uma insegurança a classe trabalhadora.

Com o avanço da tecnologia aplicada ao capital, a maquinaria (trabalho morto) vem sendo aplicada para a substituição do trabalho vivo (humano), ampliando não só a margem de lucro dos donos dos meios de produção, mas também a sua margem de impacto nesse exército industrial de reserva.

Soma-se a essa insegurança imposta à classe trabalhadora, a precarização constante nas condições de trabalho, o aumento da exploração da força de trabalho (seja através da mais-valia relativa ou da absoluta), alienação constatada sofrida pelo trabalhador além da desproteção social que vem se intensificando com o desmonte das garantias sociais exercidas pelo Estado. Todo esse cenário destaca como as relações sociais encontram-se cada vez mais propícias para o adoecimento da classe trabalhadora, física e mentalmente.

Diante essa realidade, é importante destacar o papel do Serviço Social, uma profissão inserida nas contradições do capital, mas que, com seu referencial teórico crítico, busca através de seu compromisso ético-político lutar pela garantia e ampliação de direitos e o fortalecimento da classe trabalhadora no embate às expressões da “Questão Social”.

Portanto, a superação do adoecimento da classe trabalhadora exige uma atuação que vá além do atendimento às demandas imediatas, colocando-se como estratégia fundamental a construção de alternativas emancipatórias que enfrentem as raízes estruturais da exploração e da alienação. Reafirma-se, assim, a centralidade do serviço social na luta pela ampliação e efetivação dos direitos sociais, pelo reconhecimento da dignidade humana e pela transformação das condições sociais, políticas e econômicas que sustentam o ciclo de precarização e expropriação vigente na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS



FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira. **Trabalho e serviço social**: reflexões à luz da ontologia do ser social. In: LOURENÇO, Edânia Angela de Souza (Org.). *Saúde do trabalhador e da trabalhadora e serviço social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo*. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

LARA, Ricardo. *Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política*. In: LOURENÇO, Edânia Angela de Souza (Org.). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e serviço social**: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B1nta3CLzwJXRHpOUzI4d1pGdW8/edit>. Acesso em: 9 de mai. de 2024.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **O trabalho e o desgaste mental**: o direito de ser dono de si. São Paulo: Cortez, 2011.